

Resumo

Ao pretender instaurar uma "ética universal do ser humano", Freire elege como fundamental na sua obra pedagógica o conceito de *eticidade*, que postula como sendo imanente ao Homem. Aliás, é tarefa própria do Homem – que se reconhece como sujeito de acção e transformação – "eticizar o mundo", humanizando-o. Só assim é plenamente exercida a vocação ontológica humana para "ser mais".

Mas se é ética essa vocação natural, como explica o autor a existência de "actos malvados", tais como o do cruel assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos por cinco adolescentes em Brasília? Freire reage com evidente sentimento de estranheza: "Que coisa estranha, brincar de matar índio, de matar gente." Mas como justifica a *não-eticidade* deste acto?

Sem colidir com a suposta vocação ética do Homem, que insiste em postular *a priori*, Freire desenvolve a ideia de uma espécie de desvio, distorção, esvaziamento ou carência de *eticidade*, resultando num conceito que não é concebido como radicalmente outro, mas mais como fruto de uma espécie de processo degenerativo do ser ético primordial, pelo que vincula as atitudes não-éticas à própria ética originalmente humana.

Ao postular a ideia de uma "eticidade"² imanente ao Homem, atribuindo-lhe a capacidade "eticizar o mundo"³, tanto quanto concebe a possibilidade de transgredir essa mesma vocação *naturalmente* ética do Homem, Freire como que vincula as atitudes não-éticas à própria ética originalmente humana⁴, pelo que a não-ética verdadeiramente não chega a *ser*, pois que não dispõe de consistência ontológica própria; não *sendo*, ela não usufrui do estatuto de um *em si*, já que a sua própria existência deriva do conceito de "ética", este sim assumindo-se com existência própria.

Posto isto, é da ética *em si* que deriva a não-ética, numa espécie de desvio, distorção ou esvaziamento de uma eticidade que o autor insiste em postular *a priori*, resultando num conceito que não é concebido como radicalmente outro, mas mais como fruto de uma espécie de processo degenerativo do ser ético primordial.

Será então este o engenhoso modo como Paulo Freire tenta resolver a existência da maldade humana, que insiste em não objectivar, optando por se referir preferencialmente à prática de "actos malvados" destituídos de "amorosidade", do que propriamente conceber ou admitir a existência de homens *maus*.

¹ Doutoranda na UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

² *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, p.15

³ *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, p.57

⁴ "Quando, porém, falo da ética universal do ser humano estou falando da ética enquanto marca da natureza humana (...)" (*Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, p.18)

Estamos em crer que à sensibilidade deste pedagogo – homem que, para além de “tarefeiro”⁵, se descreve como alguém que “não podia compreender a vida e a existência humana sem amor (...)”⁶ –, sensibilidade essa que justifica “o direito de ter raiva”⁷, talvez repugnasse a simples ideia de *homem mau*, cuja existência certamente lhe seria insuportável encarar. E talvez assim se justifique a opção implícita de substituir o conceito de *homem mau* pelo de *homem não-bom*; o que não fará dele necessariamente mau, mas que, muito embora sendo originalmente bom, é também livre de escolher⁸, podendo, por desviar-se de si mesmo, ser responsável por cometer actos de inequívoca malvadez.

Será então legítimo depreender que são os actos, ainda que perpetrados pelos homens, que são maus – não os homens.

Foi precisamente dentro deste enquadramento teórico que fizemos a leitura da carta pedagógica que Freire dedica ao cruel assassinato de Galdino Jesus dos Santos, índio pataxó, a quem cinco adolescentes, “numa estação de onibus, em Brasília”, “tocaram fogo” enquanto este “dormia tranquilo”⁹

“Que coisa estranha, brincar de matar índio, de matar gente.” – o autor não consegue (nem seria essa a sua intenção) dissimular o seu sentimento de “profunda perplexidade, espantado diante da perversidade intolerável desses moços”.

Mas como resolve, então, o problema real que a existência desses actos acarreta para um juízo ou um retrato que se pretenda esboçar daquilo que seja a Natureza Humana?

Não deixando, todavia, de classificar estes jovens assassinos como “malvados adolescentes”¹⁰, nem de reconhecer a “capacidade de malquerer de homens e de mulheres”¹¹, Freire imediatamente explica que esses “agentes da crueldade”¹² têm vindo a desumanizar-se, a *desgentificar-se*, a *decrecer*, “em lugar de *crescer*”¹³, como seria próprio da pessoa humana.

Da mesma forma, já nos anos 60 este pensador se tinha referido à “humanidade roubada”¹⁴ dos oprimidos, que viviam *impedidos* de “ser mais”, de exercer a sua “vocação ontológica”: não por qualquer tipo de impedimento inato ou voluntário, mas porque foram vítimas exploradas e roubadas de si mesmas, da sua humanidade.

Mas, quem é roubado, é roubado por alguém; esse alguém também é gente – neste caso, gente opressora – que desempenha aqui o papel de “agente de malvadez”. E esta malvadez, como se explica? Porque, para sermos coerentes com o pensamento freireano, há que pressupor a existência de uma justificação externa para que o opressor seja opressor...

Argumentemos que a causa da existência da própria figura do opressor é o contexto histórico, político, social, cultural em que ele nasceu, vivendo como que oprimido precisamente pela opressão que exerce sobre o oprimido; isto é, o opressor enquanto vítima,

⁵ *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, p.50

⁶ *A educação na cidade*, p.140

⁷ *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, p.75

⁸ “Eticidade, que não há dúvida, podemos trair. (...) porque, inacabados mas conscientes do inacabamento, seres da opção, da decisão, éticos podemos negar ou trair a própria ética.” (*Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, p.56)

⁹ *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, p.65

¹⁰ *Op. cit.*, p.65

¹¹ *Op. cit.*, p.48

¹² *Op. cit.*, p.66

¹³ *Op. cit.*, p.66

não já “senhor” mas no papel de “escravo”, oprimido pela sua condição de opressor. Pois bem: e quem faz a história, senão o próprio homem? Quem é responsável pela criação, manutenção e existência desse contexto opressor senão o homem que oprime?

Porque, das duas, uma: ou o homem é responsável pelos seus actos e pela sociedade que cria, ou não é. Se é, então a origem de toda a opressão é ele próprio; se não é, temos que recorrer a uma explicação não antropológica para a opressão, seja ela qual for.

No entanto, esta última possibilidade pode ocasionar ilações perversas... É que, se o homem está desresponsabilizado, nomeadamente da origem, ainda que não da prática, dos actos opressores, também não faz sentido que recaia sobre ele a responsabilidade e o mérito da libertação, enquanto “grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores.”¹⁵

Juntamos a esta questão uma outra, porventura bem mais pertinente, levantada por António Magalhães num debate organizado pelo Instituto Paulo Freire de Portugal sobre o tema da “conscientização”¹⁶: “E se o oprimido não se quiser libertar?”

Estamos em crer que esta questão nunca se tenha realmente colocado a Paulo Freire, para quem era inquestionável a defesa dos “excluídos”¹⁷ e dos fracos – tanto quanto foi inquestionável para Friedrich Nietzsche a defesa dos fortes¹⁸ e da criação de “uma nova ordem (...) de homens superiores”¹⁹.

Foi a eles, oprimidos, à luta pelo resgate da sua humanidade perdida e à defesa da sua libertação que ele se dedicou, sempre de forma convicta e militante: a sua missão no mundo era aliás essa mesma; sem ela, talvez que Freire não encontrasse justificação para a sua própria existência.

Assumindo naturalmente “a condição de estudante vitalício sobre a condição humana, a nível cognitivo, afectivo, relacional, social e cultural (...)”²⁰, o autor da *Pedagogia do Oprimido* encontra nos outros a justificação para si mesmo; esses outros são os “esfarrapados do mundo”, a quem dedica as “primeiras palavras” da obra citada:

“Aos esfarrapados do mundo
E aos que neles se descobrem e, assim
Descobrimo-se, com eles
Sofrem, mas, sobretudo,
Com eles lutam”²¹

E assim viveu Paulo Freire: “viveu, amou e tentou saber”²² – e foi esta a “herança” que nos quis deixar de si e da sua “amorosidade” ao mundo e aos homens, num combate consciente e lúcido pela “materialização da grande utopia: *Unidade na Diversidade*”²³.

¹⁴ *Pedagogia do oprimido*, p.30

¹⁵ *Op. cit.*, p.30

¹⁶ “A conscientização” – conferência apresentada por Luiza Cortesão, António Magalhães e Maridjke Koning, organizada pelo Instituto Paulo Freire de Portugal e pelo Centro de Recursos Paulo Freire, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, a 30 de Janeiro de 2004.

¹⁷ *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, p.14

¹⁸ “Primeiramente, há que implantar uma hierarquia, dentro de um sistema de domínio da terra; depois, hão de surgir os senhores da terra, a nova casta dominante. E então, nascido dessa casta, como um deus epicuriano, aparecerá o super-homem – aquele que transfigurará a existência.” (*A Vontade de Poder*, Vol. III, p.77).

¹⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *A Vontade de Poder*. Porto: Rés-Editora, 2004, Vol. III, p.108

²⁰ PERES, Américo Nunes. *Educação Intercultural: Utopia ou Realidade?*. Porto: Profedições, 1999, p.26

A aspiração por uma "ética universal do ser humano"²⁴ traduz a pertinência e a actualidade do estudo do pensamento freireano, neste espaço e neste tempo: numa reflexão pedagógica crítica alimentada pelo "sonho possível": "sonho por um mundo menos malvado, menos feio, menos autoritário, mais democrático, mais humano."²⁵

BIBLIOGRAFIA

- FREIRE, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. S. Paulo: Editora Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1997). *Política e educação: ensaios*. S. Paulo: Cortez Editora.
- FREIRE, P. (2000). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. S. Paulo: Editora UNESP.
- FREIRE, P. (2003). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. S. Paulo: Editora Paz e Terra.
- GADOTTI, M. (org.) (1996). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez Editora/Instituto Paulo Freire/UNESCO.
- MICHAEL, W. A. e NÓVOA, A. (org.) (1998). *Paulo Freire: política e pedagogia*. Porto: Porto Editora.
- NIETZSCHE, F. (2004). *A vontade de poder*. Porto: Rés-Editora.
- PERES, A. N. (1999). *Educação intercultural: utopia ou realidade?*. Porto: Profedições.

²¹ *Pedagogia do oprimido*, p.23

²² *A educação na cidade*, p.140

²³ *Política e educação*, p.36

²⁴ *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, p.15

²⁵ *Política e educação*, p.30